

UMA LEITURA DO TEXTO DE ADORNO: "EDUCAÇÃO APÓS AUSCHWITZ"

A READING OF ADORNO'S TEXT: "EDUCATION AFTER AUSCHWITZ"

Antônio dos Reis Lopes MELLO¹³

RESUMO: A descoberta da razão moderna significou, no seu surgimento, a possibilidade de expandir todo conhecimento, revelar todos os mistérios. Mas, constatam pensadores contemporâneos que a subjetividade contém elementos além da objetividade científica. Afirmam que a busca da razão, significou, na sua origem mais remota, o desejo de destruir o medo. Suprimi-lo era condição para fugir da barbárie que ameaçava a sociedade. A descoberta do inconsciente pode explicar muitas situações de horror, que persistem ainda hoje. Neste sentido, este artigo considera a educação como um elemento, ainda importante, para a reflexão e consciência de vários aspectos implícitos no sujeito, que se manifestam desordenadamente na vida social produzindo violência.

UNITERMOS

Violência – repressão – educação – nazismo – barbárie – Auschwitz – campos de concentração – modernidade – subjetividade – razão moderna – racionalismo.

ABSTRACT

The Modern Reason discovery meant, since its arising, the possibility to extend all knowledge, to disclose every misteries. But Modern thinkers show that subjetivity comprises elements

¹³ Professor de Filosofia do Departamento de Estudos Sociais da UNIMAR – Universidade de Marília – Marília, SP. Mestre em Educação pela UNESP – Campus de Marília – SP – Brasil.

much beyonde the scientific objectivity. They assert that the search for reason meant in its far-off origin, the will to destroy fear. Suppress it was the condition to run away from barbarity of which threats society. The discovery of the unconscious should explain many frightful situations which persist up today. In this sense, this paper considers the education as an important element for the reflexion and conscience of the several implicit aspects in the subject, that show confusealy in the social life producing violence.

UNITERMS

violence, restraint, education, nazism, barbarity, auschwitz, concentration fields, Modern Age, subjetivity, Modern Reason, rationalism.

APRESENTAÇÃO

O texto de Adorno, *A educação após Auschwitz*, constitui-se em uma reflexão daquilo que se entende, de um lado, por mundo civilizado e, de outro, o horror que ainda subsiste neste meio. Exemplo disso é dado pelo autor, quando relata a sua vivência com a realidade da 2ª Guerra Mundial. Mas essa reflexão se estende ao contexto de violência que subsiste em nosso meio. Essa situação implica em barbárie e a sua advertência recai sobre a importância da educação, enquanto única razão objetiva, que ainda resta, para evitar-se que o horror (assim como ficou representado nos campos de concentração, entre outros) se repita, e que sejam banidas as suas evidências do meio civilizatório. Contudo, seu pensamento não é coisa simples de se entender e principalmente a educação, pois se insere no contexto da reflexão filosófica negativa, e não determina nem uma metodologia nem uma pedagogia. Poder-se-ia, tão somente, aventar uma significativa compreensão da subjetividade do próprio homem (subjetividade esta que também se esfacelou na racionalidade moderna).

Sabe-se que os textos de Adorno investigam a razão moderna, visando problemas inerentes a ela mesma. E a leitura contribui

para entender-se o que se deve conceber por educação em *Auschwitz*. O objetivo deste texto não é de fato apresentar propostas educacionais de Adorno, mas mostrar por que a educação deve ser uma questão sempre repensada. Portanto, se pressupostos são sugeridos para a educação, tal fato decorre de provocações componentes do texto *Auschwitz*, que são viabilizados no conjunto de suas obras.

O texto constituído discute, a partir do elemento de regressão do esclarecimento - repressão, aspectos importantes da educação para compor os objetivos fundamentais de um projeto de erradicação da barbárie.

Educação após Auschwitz torna-se intrigante, porque faz uma reflexão a respeito dos campos de concentração nazistas, relacionando a questão da educação. A violência praticada naquele momento, é um dado fundamental para se entendê-la como elemento de regressão da razão, como repressão, o que significa constatar a existência de um risco à sociedade. As indagações de Adorno estão alicerçadas em estudos da sociedade, a partir das ciências atuais, que se dispõem a compreender o comportamento humano. Por isso, os indivíduos que compuseram o poder da destruição são pensados sob os aspectos da moral, da psicologia, do conhecimento para concluí-los enquanto agentes da barbárie.

MITO E ESCLARECIMENTO NA CIVILIZAÇÃO

A busca “para descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie”, pode colocar o homem em um lugar bem pouco privilegiado em sua própria casa: *o mundo*.¹⁴ A indagação de Adorno tem início num passado, não muito remoto, quando o homem buscou desmitificar o mundo através do esclarecimento e nele instaurar, o logos, ou a ciência. A razão foi um indício seguro para afastar o homem daquilo que se chamou barbárie e, assim, chegar à sua forma definitiva de bem viver na

¹⁴ ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1985 p. 11

civilização. O medo daquilo que não é racional, ou seja, “o medo que o bom filho da civilização tem de afastar-se dos fatos”, era e continua sendo o propósito fundante da civilização.¹⁵ No mito reina o desconhecido, a natureza, e no estado mitológico, o homem enfrenta a natureza desconhecendo-a, porque ela se apresenta sob o aspecto de mistério. Assim sendo, não conhece os princípios pelos quais ela reage, embora deva enfrentar a natureza com o risco de perder-se nesse embate, em vez de impor-se, porque desconhece as suas leis. Vencer o mito¹⁶ significa instaurar o estado de civilização, dar significação àquilo que não era até então conceituado. Se fizesse isto, o homem não teria por que temer os mitos, as imagens, os mistérios. Estes estariam superados, porque um novo saber os derrotara, portanto “o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada.”¹⁷ Explicar os mistérios segundo uma razão é criar um caminho para um mundo *desencantado*, e se isso ocorreu é que tal empresa obtivera sucesso.

Na época da ilustração¹⁸ essa consciência já existia na sua maturidade: a ciência havia desenvolvido o seu estatuto próprio e podia quantificar, probabilizar, transformar a natureza segundo os interesses objetivados pelo homem. Com o advento da hegemonia da classe burguesa, esse conhecimento foi posto sob o crivo da calculabilidade e da utilidade. Viver na civilização

¹⁵ Idem. p.14

¹⁶ “Referindo-se ao nascimento da filosofia e ciência na Grécia, ela pode levar alguém a crer que o grego, antes deste surto científico, não tivesse experiência da “razão”, o que é falso, como crêem os que têm falsa leitura de Homero. O mito é linguagem e, como tal, organiza a intercomunicação humana (especialmente a relativa ao trabalho) com um mínimo necessário de coesão e racionalidade. A linguagem pode conter fantasia mas não é fantasia.” (RODRIGUES, 1988. p. 33)

¹⁷ Idem. p. 20

¹⁸ “*O que é Iluminismo*”? A saída do homem da sua minoridade, da qual é ele próprio o responsável. Minoridade, isto é, a incapacidade de se servir do seu entendimento sem a direção de outrem, minoridade da qual é ele próprio responsável, já que a sua causa reside não num defeito do entendimento, mas numa falta de decisão e de coragem de se servir dela sem a direção de outrem (...) tem a coragem deste servirdes do teu próprio entendimento. Eis aí a divisão do Iluminismo.” (Immanuel Kant)

(em sociedade) passou a significar a *possibilidade* de desfrutar do conforto e do bem estar do progresso da ciência.

Observa-se, contudo, que o objetivo primordial da razão, o de interpretar e transformar a natureza segundo as suas leis, não extinguiu o medo inerente ao ser humano. Sua persistência assombrando a civilização. Ao investigar-se o processo de desencantamento do mundo, é possível perceber que: “os mitos que caem vítimas do esclarecimento já eram o produto do próprio esclarecimento.”¹⁹ Isso confirma a hipótese de que o mundo civilizado possui uma organização similar àquela do mitológico. Os lugares ocupados pelos mitos e, anteriormente, pelas suas deidades e pelos rituais a eles prestados, são, agora, substituídos por hierarquias, significações e cerimônias bem dosadas. A única conquista que subsiste, de fato, está relacionada à razão subjetiva. Chega-se à conclusão de que “o mito converte-se em esclarecimento e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem poder.”²⁰ Se o propósito de superar o mito, esclarecendo-o, era uma condição para a superação do medo, há que se concluir que esse propósito foi insuficiente para tanto, porque, de fato, o mito, sob cuja existência subjaz o medo, não foi derrotado com o esclarecimento, ao ponto de julgá-lo extinto.

Adorno defende uma tese na qual supõe que o mito tenha sido apenas mascarado. Mas, por que mascarado se o advento da razão, e posteriormente, a sua maturidade na ciência moderna pareciam dar cabo de uma condição indesejável em que se encontrava o homem, a minoridade? A projeção da ciência sobre a natureza e, consecutivamente, a sua dominação, não foram concluídas, porque o projeto implica em possibilitar o domínio da própria natureza humana, pois o homem no processo de conhecer-se a si mesmo, reprimiu o medo. Por isso a incidência de uma organização mítica na sociedade civilizada não implica

¹⁹ Adorno, op. cit. 1985. p. 23

²⁰ Idem. p.24

em uma contingência da manifestação do mito, nem tão pouco que ele tenha deixado de existir. O mito está presente e subsiste na civilização.

Contígua à explicação científica da natureza, introduz-se, necessariamente, um novo elemento nessa reflexão, que pode ser considerado como uma das chaves da modernidade: a certeza subjetiva. Esta tem sido um novo instrumental organizador desta sociedade.

Uma vez que se afirma que houve uma nova reorganização da sociedade e ela se deu mais uma vez em uma instância mitológica, constata-se de outro lado, a reincidência do elemento da barbárie (a repressão) concomitante à razão. Não se contava com esta possibilidade, ainda que se julgue contraditória, a coexistência de ambos: mito e razão. Nesta perspectiva, o medo, portanto, não foi destruído. A aparente sucumbência do mito à razão se deu apenas de maneira escamoteada; o medo foi apenas reprimido.

A repressão do medo, ou dos impulsos (conforme observado pela psicologia em estudos freudianos), não significa uma conquista para o bem estar de uma sociedade, mas indica a existência de uma subjetividade humana, que passa a ser entendida, a partir dos mecanismos psíquicos que subsistem no homem. A sua melhor compreensão favorece o esclarecimento das formas de relações estabelecidas pelos homens, porém não garante que a partir desse fato chegue-se à liberdade, isentos da repressão.

CIVILIZAÇÃO E DESENCANTAMENTO

A instituição da subjetividade na Idade Moderna promove uma nova sociedade. A partir disto, a sociedade fica condicionada à representação do sujeito. Faz-se necessária a retomada de uma reflexão acerca da contraditória existência simultânea de mito e razão, como elementos constituintes da organização social.

As estruturas sociais são compreendidas como resultantes das relações e concepções humanas objetivadas. Através desta, criam-se maneiras de avançar no caminho do desencantamento,

ou seja, a ruptura de uma vez do mistério do mundo e sua concepção infinita. O propósito é vencer uma consciência mitificada. O mito, em uma primeira interpretação da epopéia, compunha seus monstros, as criaturas representantes do medo, por um antropomorfismo idealizado.

As guerras travadas por Ulisses se dão no enfrentamento com os monstros homéricos e foram vencidas pela astúcia²¹, isso porque não havia ainda uma razão constituída. “A parte que o logro desempenha no sacrifício é o protótipo das astúcias, e é assim que muitos de seus estratagemas são armados, à maneira de um sacrifício oferecido às divindades da natureza.”²² É possível, verificar na trajetória do mito, que essa se constitui na busca da concepção do sujeito.

Ulisses desafia o monstro oferecendo-se como vítima e ao mesmo tempo se constitui em sacerdote, pois celebra o evento que poderia ser o seu próprio sacrifício. A cada evento novo, ou sobrevive Ulisses, ou o Mito. O homem se coloca diante da natureza que é animada pela relação mimética do indivíduo para com ela. “Esses rituais mágicos, analisados pelos etnólogos, aponta para um aspecto essencial do comportamento mimético: na tentativa de se libertar do medo, o sujeito renuncia a se diferenciar do outro que teme, para, ao imitá-lo, aniquilar a distância que os separa, a distância que permite ao monstro

²¹ Este fato remete-nos a uma questão, a de que não se tem no período mitológico uma razão constituída, mas apenas uma logicidade nos relatos dos mitos gregos, e ela se confirma com alguns estudiosos, além dos pensadores da *Dialética do esclarecimento*. RODRIGUES observa que do enfrentamento de Zeus que mata o dragão de mil vozes, nascem os ventos e divide-se o céu e a terra; também é uma explicação confirmando uma próto-razão, pois “essas figuras de linguagem escondem já um primitivo raciocínio, uma tímida logificação do mundo, que será logo refinada pelos jônicos.” (cf. RODRIGUES, op. cit. p. 36)

Vernant lembra que, na guerra de Tróia, não são os soldados da infantaria armada (hoplitas) que vencem, mas Argos; assim também se processa na tragédia dos persas, cuja narrativa é escrita por um grego, que atesta que nos combates abertos das falanges, a arma utilizada é a lança, porém “o arco é a arma da astúcia, a arma da noite.” Nisso se confirma a utilização já de uma técnica e estratégia e que subsistem com uma explicação ainda mítica dos fatos. (cf. Vernant, 1991. p. 117)

²² Adorno, op. cit. 1985. p. 58

reconhecê-lo como vítima e devorá-lo. Para se salvar do perigo, o sujeito desiste de si mesmo e, portanto, perde-se. Nessa dialética perversa jaz a insuficiência das práticas mágico-miméticas e a necessidade de resistência e de luta contra o medo.”²³ O saber humano constitui-se em formas humanas projetadas enquanto formas da natureza, e só se reconhece nelas, aquilo que foi humanizado, portanto o que é ainda natural provoca temor, porque não é reconhecido. Aquilo que *é*, é realmente aquilo que se apresenta, é uma condição nominalista da existência. Diante da Esfinge que pergunta o que é, ou quem é, Ulisses responde que é *Oudeis*, palavra que significa ninguém, portanto, para o mito tanto podia não haver ninguém, como que Ulisses não fosse ninguém. Lograr o mito é a saída astuta: “Surge assim a consciência da intenção, premido pela necessidade, Ulisses se apercebe do dualismo, ao perceber que a palavra idêntica pode significar coisas diferentes”.²⁴

Esse momento da narrativa homérica certifica não apenas a consciência mítica da questão que envolve palavra e objeto, como demarca o início daquilo que para o burguês chamou-se de formalismo. Esse procedimento do herói na epopéia sinaliza o início do processo de distanciamento do homem da *natureza*, com a qual se encontrava simbioticamente relacionado, portanto não era diversa de si. O contexto homérico é de alienação de seres idênticos. “Toda reflexão de Adorno e Horkheimer na dialética do esclarecimento consiste em mostrar como a razão ocidental nasce da recusa desse pensamento mítico-mágico, de livrar o homem do medo (que o esclarecimento não o consiga mas, pelo contrário, aprisione ainda mais o homem, essa é a outra vertente dessa reflexão).”²⁵

O comportamento mágico-mimético ameaça profundamente o

²³ GAGNEBIN, Jeanne-Marie. “Do conceito de mimesis no pensamento de Adorno e Benjamin. In: **Perspectiva**: Revista de Ciências Sociais, São Paulo : Editora Unesp, v.16, pp. 67-86, 1993.. p. 72

²⁴ Idem. p. 65

²⁵ Idem, ibidem.

sujeito que, ao querer se resguardar, arrisca-se na possibilidade de seu próprio desaparecimento, a sua morte na assimilação ao outro. Há, no entanto, um comportamento profundamente prazeroso também e é justamente a perda do sujeito. Na origem e na fundamentação do indivíduo, existe um desejo de dissolução, de aniquilamento dos limites que ao mesmo tempo, constitui e aprisiona o sujeito. Mas a possibilidade da superação mitológica consiste numa destruição do mito, porque uma vez revelado o mistério, o mito cai por terra. Só assim, ele não subsiste mais como preocupação para os humanos. Ulisses vai se constituindo como um herói mitológico a cada batalha, porém vai tornando-se um saudosista daquilo que fora natureza. A análise de Adorno e Horkheimer identifica uma genealogia violenta do próprio processo da civilização. Ela não só faz regredir os homens a comportamentos mágicos e míticos, mas constitui-se numa ameaça constante ao sujeito emergente.

A cada passo que se dá na constituição da razão, confirma-se a impossibilidade da manifestação de formas incongruentes com a mesma. Adorno percebe no produto antropomórfico das formas mitológicas, o local onde está contido o elemento do medo, que ele se revela no enfrentamento necessário daquilo que não é reflexo (mito) do sujeito constituinte, do próprio homem: a natureza continua sendo em si-mesma, portanto é ainda uma desconhecida.

Ao proceder a essa crítica os autores têm em vista a razão burguesa: “A razão é ‘um poder ... de derivar o particular do universal.’ A homogeneidade do universal e do particular é garantida, segundo Kant, pelo ‘esquematismo do entendimento puro’. Assim se chama o funcionamento inconsciente do mecanismo intelectual que já estrutura a percepção em correspondência com o entendimento. O entendimento imprime na coisa como qualidade objetiva, a inteligibilidade que o juízo subjetivo nela encontra, antes mesmo que ela penetre no ego.”²⁶ A natureza mítica continua sendo o mundo desconhecido. Mas

²⁶ Adorno, 1985. p. 82

a harmonia desejada é conferida por uma razão, cujos pressupostos são dados a priori, pelo próprio homem. O distanciamento do medo se dá mediante uma representação lógica de uma razão ainda mimética. A indagação que se faz sobre ela é velada por forças desconhecidas. No mundo moderno, não há um antropomorfismo tão somente de composições de formas a posteriori, desvelado, mas sim, uma representação desse mundo subjetivamente. O domínio civilizatório permite ao homem sentir-se seguro, dominador, senhor da natureza, porque o mistério deixa de existir a partir do momento em que se podem explicar os fenômenos pela linguagem científica. A ciência não reconhece a natureza segundo uma crença supersticiosa, mas ela regula as suas manifestações por regras e corolários, instrumentos aptos para promover as respostas para as suas dúvidas. Uma vez obtido resultado satisfatório, ele se transforma num método, cuja conduta é segura, capaz de reproduzir sempre a sua eficácia e isto significa o desencantamento da natureza. Rasga-se todo o véu que velava os seus segredos. Essa é a prática metódica da ciência para obter sucesso. A construção e elaboração de formas, de regras, de limites, são processos que definem a civilização e, no vocabulário dos autores, ampara-se no processo de trabalho e no *progresso* racional-científico.

É um indício de que, realmente, não se dava um passo para resgatar a felicidade perdida ao destruir-se o mito. O pensamento experimentalista de Bacon e o pensamento protestante contêm o que se pode chamar de germe da regressão da civilização, a astúcia, ou melhor, aquilo que Nietzsche chamou de má consciência. No desenvolvimento da razão, investigado tanto pelo viés científico, baconiano, como religioso, fica denotado o princípio da técnica, das estratégias para chegar-se a um fim objetivado. Este é um indício do abandono de uma investigação filosófica genuinamente. Por detrás do esclarecimento, insurge uma razão mitificada, preocupada em revelar, na verdade, seu uso prático da mesma. O interesse primeiro da filosofia, o que é a realidade, e em seguida, como se conhece essa realidade são suprimidos pelo interesse prático do conhecimento. A indagação

pelo ser das coisas passa a ser entendida como lasciva e que não oferece segurança.

Essa forma de organização é uma ideologia para a dominação. Se no início da razão ela foi violenta, atualmente ela continua sendo por meio desse processo. A ideologia é tida como uma forma de ocultamento da verdade. Ela mediatiza a relação de poder que se estabelece na organização moderna. Nela se encontra a justificativa da prática mítica que advém de uma superestrutura. A relação de poder está implícita desde o mito. Mas o esclarecimento não está isento dessa mesma condição ideologizante. À medida que o poder sobre a natureza se amplia, aumenta a manipulação sobre aquilo que foi submetido, mesmo que cientificamente. Sob a necessidade de dominação está incutida a condição de medo. Ao tornar-se senhor de qualquer criatura ou objeto, o homem cria uma nova relação de enfrentamento. Não é mais a mimesis do combate com a Esfinge, porém, uma relação de alienação com a coisa dominada, uma relação de dependência. Seja o operário trabalhador, seja o cidadão do novo estado, devem ser controlados para não fugirem à regra do contrato.

Ao processo de esclarecimento está contígua a necessidade de objetivação da natureza, que consiste na dominação da mesma, por meio do conhecimento de todos os seus princípios e o mesmo ocorre nas relações humanas. É consequência do processo de esclarecimento, que conhecer ou criar um objeto reverte numa necessidade de reconhecer a sua existência para, em seguida, proceder à sua dominação.

O conhecimento capaz de dar ao homem essa objetividade é a ciência moderna. Ela se desenvolve num estatuto rigoroso, para obter crédito de saber verdadeiro, fundamentado em conceitos universais e validados pelo sujeito que investiga segundo os seus princípios. O esclarecimento tornou-se uma necessidade nessa nova sociedade emergente, que se constituiu juntamente ao Estado Moderno. A educação é posta como um instrumental para esse indivíduo. Este deve obter o conhecimento das verdades universais, segundo métodos científicos. Simultaneamente a essa

condição, delimitou-se, historicamente, a *possibilidade* do fim do homem supersticioso, temente do mistério. A nova sociedade compreende o homem capaz de submeter a natureza a fórmulas, regras e probabilidades, aquelas que regulam a sociedade e regulamentam as formas do saber, bem como aplicá-las na transformação social, na concepção do novo Estado, assim como na transformação da natureza, com as novas máquinas e modo de produção.

Esse é o desenho da sociedade burguesa constituída, que busca obter resultados, ascender ao poder, porque *intenciona* governar. O caminho desenvolvido até o esclarecimento, significou uma pseudo superação do mito, que a ele se sobrepôs uma utopia. Confirma-se, historicamente, que a superação não ocorre de fato. Ao superar-se um mito, outro ocupa o seu lugar. Essa questão é levantada por Freud que observa: “Os tabus, as leis e os costumes impõem novas restrições, que influenciam tanto homens como mulheres. Nem todas as civilizações vão igualmente longe nisso, e a estrutura econômica da sociedade também influencia a quantidade de liberdade sexual remanescente. Aqui, como já sabemos, a civilização está obedecendo às leis da necessidade econômica, visto que uma grande quantidade da energia psíquica que ela utiliza para seus próprios fins tem de ser retirada da sexualidade. Com relação a isso, a civilização se comporta diante da sexualidade da mesma forma que um povo, ou uma de suas camadas sociais, procede diante de outros que estão submetidos à exploração. O temor de uma revolta por parte dos elementos oprimidos a conduz à utilização de medidas de precaução mais estritas.”²⁷

A sociedade esclarecida provoca uma ordem do sujeito autocrático, de Estado de direito e de uma correlação do universal ao particular. Isso porque há uma razão que subsiste em cada indivíduo, que os condiciona “pelos fins como mera ciência sistemática”, nivelando todos pelos seus interesses idênticos.²⁸

²⁷ Freud, 1974. p. 125

²⁸ Adorno. Op. cit. 1985. p. 83

Nela todas as formas humanas só significam enquanto se identificam com aquilo que é sistematizado nas atividades sociais. A filosofia que promoveu sempre a crítica a toda forma de alienação, tem os seus filósofos pactuando com o sistema, como autênticos burgueses.²⁹ Há uma ratificação do pensamento filosófico à dominação exercida na sociedade burguesa. As contradições deste sistema são diminuídas (por exemplo: um dono do poder econômico tem legitimada a sua dominação sobre uma massa de expropriados) valendo-se de um sistema que busca justificar as relações de valores hierárquicos. Adorno cita Nietzsche para concluir: “É preciso ‘levar o esclarecimento ao povo, para que os padres se tornem todos padres cheios de má consciência ___ é preciso fazer a mesma coisa com o Estado. Eis a tarefa do esclarecimento: tornar, para os príncipes e estadistas, todo seu procedimento uma mentira deliberada...’”³⁰ A educação toma aqui um primeiro papel, diríamos o de reesclarecer, com intuito de desvelar o novo véu, o da ideologia. A nova organização da sociedade, reveste seus brutos em formas legalizadas pela hierarquia, o que lhes concede o direito de explorar, em nome da ordem social, ou de uma economia, ou de um bem profilático, da possível desordem que haveria se as leis não fossem duras.

O IMPULSO DA VIOLÊNCIA

A demonstração anterior é uma explicação da trajetória civilizatória, vista pelo aspecto da razão. Contudo é possível uma outra abordagem observando a dimensão psicológica, a dimensão subjetiva do inconsciente do indivíduo.

Chegar à civilização deveria ser, conforme prerrogativa da razão, o estabelecimento de uma vivência harmônica. A sociedade, concebida e gerida segundo legislações de direitos, tanto do Estado como de cidadãos, preestabelecia a segurança de todos. Mas esta estrutura pré-concebida se esfacela diante

²⁹ Idem. p.84

³⁰ Idem. p. 53-54.

dos fatos. A sociedade sobrevive mantendo a desigualdade social e esta, além de se constituir numa forma de violência, implica na geração de conflitos para a própria sociedade instituída. O problema já era discutido por Rousseau: “concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo de natural ou a física, por ser estabelecida pela natureza...; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que este, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles.”³¹ Se a sociedade é esse misto de contradições, como se explica a sua subsistência? Uma resposta possível, pela psicologia, observa a civilização, segundo uma estruturação social na qual os instintos são reprimidos: “A tendência, por parte da civilização, em restringir a vida sexual não é menos clara do que sua outra tendência em ampliar a unidade cultural.”³² Por que restringir a vida sexual? Porque é ela quem vai denotar o prazer necessário ao indivíduo para a sua felicidade. Já que a sociedade é um lugar de desigualdades, para permanecer nela, e como o desprazer não é contingência, mas condição, a vida sexual não pode encontrar plena realização (na sociedade), pois o espaço é limitado e delimitado pela organização. Porém se há restrição à efetivação dos impulsos sexuais, esses se transformam em vicissitudes. A contingência das vicissitudes é a impossibilidade de encontrar o objeto de desejo (o órgão correspondente) para a consecução original do impulso. Uma vez impedido de sua finalidade, um instinto pode passar pelas seguintes vicissitudes:

- Reversão a seu oposto;
- Retorno em direção ao próprio eu (*self*) do indivíduo;
- Repressão;

³¹ Rousseau, 1983. p. 234

³² Freud, 1974. p. 124

- Sublimação.

Constata-se que a sociedade civilizada, que é o sinal do próprio esclarecimento, ameaça o homem na sua integridade, ao sujeitá-lo a viver, necessariamente, em um estado de violência. A consequência deste fato é que as vidas humanas ficam ameaçadas pela barbárie, aquela que se instaura quando as leis vigentes subscrevem um elemento não esclarecido à força, elemento necessário para estabelecer a dominação uns sobre os outros. Assim sendo, passa-se a observar as formas de extermínio ocasionadas pela existência desta situação em questão, governar pela força.

Quando, por ocasião da segunda Guerra Mundial, Einstein, na condição de mediador da Liga das Nações e de seus Institutos, mantém correspondência com Freud, e faz-lhe esta pergunta: Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça da Guerra? Para Einstein, esta era uma preocupação dos que atacam “o problema de forma profissional e prática, estão apenas adquirindo crescente consciência de sua impotência para abordá-lo e agora possuem um vivo desejo de conhecer os pontos de vista de homens que, absorvidos na busca da ciência, podem mirar os problemas do mundo na perspectiva que a distância permite”.³³

Pensando em alguma alternativa, antes ainda de uma resposta de Freud, Einstein enunciou algumas considerações a esse respeito: um acordo internacional para arbitrar sobre os conflitos. Einstein reconhece que o desejo de poder político do governante de uma nação é um fator limitador para o sucesso de um acordo desse cunho. Como esperar que essa minoria possa persuadir a vontade da maioria, a mesma que se resigna a perder e a sofrer com uma situação de guerra, a serviço da ambição de poucos? Este cientista reconhece que uma instituição dispõe de frágeis mecanismos para cumprir os seus veredictos e demover o desejo de homens cujos interesses, muitas vezes, não se aproximam

³³ Freud, S. “Por que a Guerra”. In: *Freud*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro : Imago, 1976. p. 241. v. XXII.

das decisões justas, que poderiam ser arbitradas por um órgão supranacional. Há uma hostilidade dos governantes, quando uma instituição desse cunho impõe limitações à sua soberania nacional.

Mas a evidência de um suposto controle desse governante sobre os meios de comunicação, sobre a religião, sobre a educação, não explica, por exemplo: “como esses mecanismos conseguem tão bem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de esses sacrificarem suas idéias?”³⁴

A explicação plausível encontrada por Einstein é de que o homem possui dentro de si um desejo de ódio e de destruição, o que está de acordo com a teoria freudiana dos instintos. Esse desejo chega a uma psicose coletiva quando “em tempos anormais há uma patência dessas volições. Ciente desse problema, mas ainda não satisfeito com as suas conjecturas de um homem de outra área de estudo, Einstein gostaria que Freud considerasse uma outra questão: “É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-la à prova das psicoses do ódio e da destrutividade?”³⁵ A questão da educação para prevenção da barbárie fica subentendida no discurso, mas dada a emergência da situação, antes é reconhecida uma saída imediata para o problema, que não descarta a possibilidade da outra.

A importância que Freud confere a esses questionamentos, levam-nos a uma reflexão, cuja emergência temática não permite mascarar a situação em que surgem: a de violência (e não a de poder, como sugeriu Einstein). Para entender esse apelo, o pensador coloca as diversas fases da relação de força que o homem travou até atingir o estágio atual. No início era a superioridade da força muscular que decidia a posse das coisas. O uso de instrumento, no estágio posterior, determinava o do vencedor, que possuía melhor habilidade para manipular as melhores armas. Tem-se, assim, também o advento da superioridade intelectual para substituir a força bruta. Mas sempre

³⁴ Idem. p. 243

³⁵ Idem. p. 243

o objetivo final da luta permanecia na conquista. Quando se tinha apenas considerado a força bruta, o inimigo deveria ser morto e isto estava de acordo com a inclinação instintiva. Mas quando se tem, na ação violenta, uma estratégia intelectual, a dominação do inimigo inclui, também, que se poupe a sua vida para utilizá-lo na prestação de serviços. O vencedor, a partir desse momento, teve que contar com a sede de vingança de seu subjugado, pondo em risco a sua segurança. Mas esse percurso da violência ao direito ou à lei foi alterado também com o apoio do intelecto. Isso ocorreu com o reconhecimento de que a união de diversos indivíduos fracos pudesse se contrapor à força de apenas um indivíduo forte. “Vemos, assim que a força é a lei de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de aquilo que prevalecer não ser mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade.”^{36 37} A violência assumida pela comunidade com caráter de direito ou justiça, traz em seu bojo uma condição psicológica dos indivíduos que a desejam duradoura. Para isso, a comunidade se organiza a fim de estabelecer regulamentos para prever sanções aos comportamentos que geram distúrbios contra a ordem estabelecida e assegurar a sua respeitabilidade em princípios. Freud percebe que: “O reconhecimento de uma identidade de interesses como estes levou ao surgimento de vínculos emocionais entre os membros de um grupo de pessoas unidas

³⁶ Idem. p.247

³⁷ Para Freud o elemento civilizador ocorre quando se tem a primeira tentativa de regular os relacionamentos sociais. Esse elemento entra como ‘direito’ de uma maioria contra o poder de um indivíduo, é o momento em que se condena a ‘força bruta’ e toma seu lugar, outra forma de poder que não é mais de um indivíduo contra o outro, mas instituído pela abstração racional, que legitima a ação de todos contra um. É a união de uma maioria forte para legislar contra todos os indivíduos isolados. Todos aqueles que não são conforme as leis sociais (idênticos ao que a razão validou), ou que não se enquadra no governo da maioria, torna-se um transgressor, ou um desajustado social e a civilização está legitimamente autorizada a exercer contra ele sua força coercitiva. (cf. Freud. *O mal-estar na civilização*. p. 115-116)

___ sentimentos comuns, que são a verdadeira fonte de sua força.”³⁸ O elemento mítico esteve entreposto durante todo o relato acima, quando refletimos sobre a questão no registro frankfurtiano, ou seja, a astúcia, ou a estratégia para a dominação instaura um elemento que não é esclarecido, mas que persiste junto à razão.

A forma pela qual se tem suplantado a violência, não significa tê-la extirpada, é o que se demonstrou até então. As guerras parecem não ter fim. Ainda que as nações tenham se unido para constituir a paz, os conflitos entre elas são enormes. É visível que apenas “trocaram as numerosas e realmente infundáveis guerras menores por guerras em grande escala, que são raras, contudo mais destrutivas.” Na tentativa de dar uma resposta à pergunta de Einstein e próxima mesmo do que este havia considerado, Freud acredita que: “as guerras serão evitadas com certeza, se a humanidade se unir para estabelecer uma autoridade central a que será conferido o direito de arbitrar todos os conflitos de interesses. Nisto estão envolvidos claramente dois requisitos: criar uma instância suprema e dotá-la do necessário poder.”³⁹ É uma proposta que não muda e nem supera o uso e o sentido original da violência. Freud delimitou a origem do poder à violência e a lei como um pressuposto capaz de reprimir a violência incontida. De fato este pensador acredita que “uma comunidade se mantém unida por duas coisas: a força coercitiva e os vínculos emocionais (identificação é o nome técnico) entre seus membros.”⁴⁰ E a saída oferecida ao impasse confirma isso. Freud sugere, tão somente, uma transferência de instância de poder superior à do Estado, ou seja, uma instância com maior possibilidade para determinar e controlar os procedimentos dos países envolvidos na situação de guerra. Institui-se mais um elemento de controle da sociedade e este delibera sobre todos os indivíduos. Não se pode afirmar, contudo, que cada indivíduo

³⁸ Freud, op. cit.1976. p. 248

³⁹ Idem. p. 250

⁴⁰ Idem. p. 251

tenha compreensão dessa violência. As leis vão determinar a medida pela qual os indivíduos devem abrir mão de sua liberdade em favor da sobrevivência da comunidade. Se à violência está implícita uma destruição, na situação de governo destrói-se todo o ímpeto de vivência do ego, a sociedade é o reinado do superego, ou seja, a lei que controla o indivíduo.

O que significa, aparentemente, o equilíbrio de uma comunidade, é falso porque ela é constituída de personagens distintos. As injustiças surgem a todo momento, pois “desde os seus primórdios, a comunidade abrange elementos de força desigual... e logo, como consequência da guerra e da conquista, também passa a incluir vencedores e vencidos, que se transformam em senhores e escravos.”⁴¹ Mas como um Estado não subsiste à desordem, novas leis são feitas para que os governantes possam gerir a comunidade e estes estão sempre na condição de vencedores a que os vencidos devem se sujeitar. As novas leis surgem para regulamentar novas situações de discrepância de forças, portanto para legalizar a situação de dominação, de violência. Por sua vez, aqueles que se sentiram preteridos pelo poder dominante, tentam diminuir a desigualdade e fazer novamente justiça. Novas leis podem ser criadas para estes, quando suas reivindicações forem atendidas. Outra situação em que podem surgir novas leis é quando há uma mudança cultural importante. Nem interna e nem externamente à comunidade se percebe que as soluções violentas são evitadas. A história da humanidade é tracejada por ela. Os tratados de paz não podem extinguir algo que é inerente ao ser: a contraposição dos instintos erótico e de destruição e nem ocultar a diferença de forças que há entre os indivíduos, ainda que do mesmo sexo.

A educação nesse contexto parece ser de pouca importância. Mas Adorno não pensa apenas por essa via. Todo medo reprimido (estendendo-o ao limite da convivência social, onde se busca a felicidade), toda repressão ou qualquer vicissitude, quando não encontra um mecanismo para projetar um elemento de sua

⁴¹ Idem. p. 248

catexia, para extravasar a sua tensão, se volta com muito mais vigor contra si mesmo. As guerras, índices da barbárie são resultados das formas de poder e de expropriação dos homens. Adorno identificou um elemento burguês (o interesse a fins), já nos relatos homéricos. A partir disso pode-se, então, concluir que a agressividade projetada na guerra, que em princípio é um elemento constituinte do ser humano, não pode encontrar sucesso nessa forma de se projetar, pela astúcia (estrategicamente). A partir de um interesse projetado na dominação do outro, tem-se, tão somente, o iminente interesse de destruí-lo, para submetê-lo. Com isso, ao objetivar no outro, a própria realização de prazer frustrara (por não se consumir no seu órgão de origem), quer dizer projetada na sua *reversão ao seu oposto*, o indivíduo continua adiando a consecução do prazer, que teve início quando o *ego* constituiu uma neurose, ou seja, quando o eu não encontrou a satisfação a que se destinou. Assim, a educação ganha um papel mais importante que apenas os mecanismos políticos, pura forma de objetivação do espaço público; a educação pode ser entendida como ativação das capacidades da razão para se predispor a um processo de interiorização das vicissitudes em formas sublimadas do ego.

A EDUCAÇÃO COMO INDÍCIO PARA PRESERVAR A CIVILIZAÇÃO

O papel da educação iluminista incide sobre o homem racional, capacitando-o para valer-se da razão como instrumento, para mediar sua vida social. O modelo liberal de educação, em parte, é a consciência desse projeto iluminista. O desenvolvimento da razão foi tomado, no início, como suficiente para assegurar a vivência social do homem. A ética, com prerrogativas de um imperativo categórico, conforme modelo kantiano, foi entendida, dentro da sociedade burguesa, como princípio para determinar o comportamento do homem nesse meio, de assegurar a sobrevivência da civilização. A existência de uma ética formal seria postulada por um sujeito, na forma de lei moral, desta maneira asseguraria a ordem social, portanto a garantia da não

violação desses princípios: “El pensamiento de este tiene su centro en el concepto de autonomía, de responsabilidad del individuo racional, por oposición a esas ciegas formas de dependencia, una delas cuales es la supremacía irreflexiva de lo nacional. Solo en el individuo se realiza, según Kant, lo universal de la razón.”⁴² O bem estar social ficaria assegurado em vínculos que os cidadãos assumiriam entre si. Ter-se-ia a superação da violência, da agressão de uns indivíduos contra os outros na sociedade. Se essa moral (razão instrumental) se efetivasse, a ética seria suficiente para extinguir a agressividade humana. Mas a razão burguesa ao pensar sobre a organização social reproduziu o esquematismo da violência.

A teoria freudiana viria denunciar que os impulsos humanos não encontram, necessariamente, sua satisfação na razão, instância de suas sublimações. Quando Adorno sugere que a educação esteja comprometida com a revelação dos mecanismos psicológicos, é porque ele entende como Freud, que o mesmo processo que conduz à civilização, produz simultaneamente a anticivilização: “Entre as intuições de Freud que realmente alcançam também a cultura e a sociologia parece-me das mais profundas a que afirma que a civilização produz a anticivilização e a reforça progressivamente.”⁴³

Nesse processo civilizatório, reconhece-se a condição do homem reificado, ideologizado e esse processo advém de milênios. A condição social burguesa transforma todos os homens em objetos e, assim, eles podem ser negociados, trocados, mortos e isso não implica em constrangimento afetivo, porque estão reificados. “Aquilo que exemplificava apenas alguns monstros nazistas poderá ser observado hoje em grande número de pessoas, como delinquentes juvenis, chefes de quadrilhas e similares, que povoam o noticiário dos jornais, diariamente. Se eu precisasse converter esse caráter manipulativo numa fórmula __ talvez não devesse fazê-lo, mas pode contribuir para um melhor

⁴² Adorno, op. cit., 1985. p. 97

⁴³ Idem. p. 33.

entendimento __ eu o chamaria tipo com consciente coisificado. Em primeiro lugar, as pessoas dessa índole equiparam-se de certa forma às coisas. Depois, caso o consigam, elas igualam os outros às coisas.”⁴⁴ Negligenciar a importância de tal fato, significa o total desconhecimento de suas conseqüências sociais, portanto de seu real significado. Era desejo de Adorno que cientistas especializados procedessem a levantamentos de dados sobre a guerra e acerca da possibilidade de se conhecer a personalidade do carrasco nazista, para obter algumas respostas para questões como essas: Como podem surgir indivíduos tão bárbaros que provoquem o horror e que o instaurem? Como se estrutura o horror e por que os indivíduos se submetem a um bárbaro? Visto que a delinqüência parece fazer parte do horror, deve-se saber o que fez com que os homens carrascos se tornassem o que são? Por trás dessas indagações há um homem desencantado, com desejo de conhecer o ser humano, ainda que, após sua investigação, perceba que não possa haver qualquer utopia.

O olhar adorniano sobre o homem é cético no aspecto que entende a impossibilidade deste para amar. A educação cristã buscou, pela pregação do amor, salvar o homem, o gênero humano, do horror. Esse projeto se perdeu, se desgastou, fracassou. Não é possível ao homem amar a todos como a si mesmo. Isso porque o caráter do homem já está corrompido pelo mau, como profetizavam os apologistas da Igreja ou porque o homem é mal por natureza, como acreditavam alguns naturalistas.

A civilização ainda se encontra num estágio frágil do desenvolvimento humano, uma vez que o processo executivo da barbárie pelo homem contra o próprio homem, ainda é verificado. As relações humanas são pautadas pela frieza. Os contatos entre estes são mediados por interesses próprios. Todo o avanço é mediado por objetivos, sempre visando a dominação de uns pelos outros, na busca de se obter aquilo que lhes é interessante. A tecnologia científica não conhece escrúpulos

⁴⁴ Idem. p. 40

de investigação, tanto descobre a cura, como uma técnica eficaz para matar. É hipocrisia tentar falar do amor entre os homens, uma vez que, entre estes, não há uma estrutura social de atração pelo amor.

Adorno clama contra o silêncio que o mundo faz em relação ao crime hediondo e não se resguarda dele, portanto não se está imunizado daquele mal que ronda a vida na sociedade. Há um desejo constante para se viver uma democracia. Mas a sociedade se instaurou como uma forma massificada do poder de uma minoria e de tal modo isso ocorre que, com facilidade, qualquer um pode se sentir democrata, simplesmente fazendo o jogo do sistema organizado. Identificar as formas de dominação e resistir às suas propostas de coletivização pode constituir-se como forma de racionalidade crítica e um possível distanciamento de formas de aliciamento e alienação do homem para o horror.

A educação é necessária como recurso para não se omitir diante do confronto com o horror. A alienação conduz o homem a uma crença numa aparência de mundo organizado, num mundo harmonizado, dificultando a revelação daquilo que perpassa a vida social de exploração de um indivíduo pelo outro, ou de um sistema a uma população. Prefere-se acreditar que o mundo é como é porque foi sempre desta forma. - Ex. “Mortos sem sepultura” (Sartre). Porém a escola pode prestar um desserviço, se não fizer a sua própria crítica.

O processo educacional tradicional, impetrado sobre as crianças é coercitivo. Vale-se da estrutura dominante para submeter as crianças às maneiras entendidas como saudáveis para uma vida em sociedade. Esse tipo de educação para a dureza exala virilidade, que no máximo, significa a capacidade de suportar e isso incorre no sadomasoquismo como demonstrou a psicologia - uma indiferença à dor. “Aquele que é duro contra si mesmo, adquire o direito de sê-lo contra os demais e se vinga da dor que não teve a liberdade de demonstrar, que precisou reprimir. Esse mecanismo deve ser conscientizado da mesma forma como deve ser fomentada uma educação que não premie mais a dor e a capacidade de suportá-la.”⁴⁵ Em outras palavras, a educação

deve dedicar-se seriamente à idéia que não é em absoluto desconhecida da filosofia: que não devemos reprimir o medo. Quando o medo não for reprimido, quando nos permitirmos ter tanto medo real quanto essa realidade merecer, então possivelmente muito do efeito destrutivo do medo inconsciente e reprimido desaparecerá. A preocupação se dirige para aqueles que, por desejarem não demonstrar o medo, colocam-se diante da coletividade como matéria bruta e se omitem, como se fossem seres autodeterminantes; na verdade são pessoas de *caráter manipulativo*.

O objetivo pelo qual os homens buscaram e buscam a razão, o esclarecimento, é para livrar-se dos medos, aqueles acometidos pela imaginação, pelos mitos. Do outro lado fica a sua intenção, conquistar formas mais eficazes para empreender o poder, o senhorio sobre toda a natureza e aos homens. Mas, esse processo que culminou com o desencantamento do mundo, tem como prerrogativa necessária a violência, pois só o pensamento que é duro consigo mesmo é capaz de destruir os mitos. Toda a investigação da trajetória de Adorno leva a concluir que o problema não subsiste no “conflito entre uma boa razão e uma razão perversa, pois desde o início ela foi a mesma: uma faculdade voltada para a dominação da natureza sobre os homens, movimento ambivalente que pressupõe o sacrifício e a renúncia à felicidade. A razão suplantou a mimesis, forma original de relação entre o sujeito e o objeto, que permite um contato não violento com a natureza, e cujos ecos sobrevivem exclusivamente na arte, como *Eingedenken*, reminiscência, voz e lamento da natureza oprimida.”⁴⁵ O que resta portanto, para Ulisses é a saudade do canto das Sereias, encanto que não se reconstitui mais numa natureza, onde os modos são todos técnicos, e o paraíso é um contexto efêmero de uma suposta felicidade e liberdade intuitivas.

⁴⁵ ADORNO, T. W. “A Educação após Auschwitz”. In: *Os grandes cientistas Sociais*. São Paulo : Ática, 1984. p.39-40

⁴⁶ ROUANET, S. P.. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo : Companhia das Letras, 1987. p. 333

Se há uma proposta sendo oferecida na teoria crítica à cultura é que ela seja a sua terapeuta. O auxílio à cultura é a sugestão de uma psicanálise. A cultura sobre o divã abrir-se-ia para de novo voltar a si mesma, por caminhos guiados pela teoria crítica, a analista. Nesse sentido, ela provoca a emergência de aspectos críticos que só a razão sabe, aos quais ela passou e não se dispõe a pensar neles senão diante dessa clínica. Sabe-se *a priori* que a cura é impossível. Mas à educação recai, nesse contexto, como uma conduta terapêutica, promover o ensinamento não mais pela dureza, pois isso suscitaria os elementos da repressão. Adorno parece saber que o papel da razão é apenas especulativo. Assim sendo coloca-se sempre a sujeitar o mundo à crítica, ainda que jamais se possa conhecer a paz e a liberdade na totalidade. Ao homem resta apenas a saudade de um paraíso, que sequer tem a certeza de ter possuído.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. W. “A Educação após Auschwitz”. In: *Os grandes cientistas Sociais*. São Paulo : Ática, 1984.
- _____. “Sobre la pregunta “¿Qué es alemán?” *Consignas*. Buenos Aires : Amorrortu, s/d.
- ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1985.
- FREUD, Sigmund. *Estudo sobre a histeria 1895*. In: “Freud”. Rio de Janeiro : Imago, 1974. v. I
- _____. *O futuro de uma ilusão*. Trad. José Otávio de Aguiar Abreu. Idem. v. XXI
- _____. *O Mal-estar na civilização*. ibidem.
- _____. *Psicologia de grupo e a análise do ego (1921)*. In: “Freud”. Trad. Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro : Imago, 1976. v. XVIII.
- _____. *Os instintos e suas vicissitudes*. In: “Freud”. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro : Imago, 1969. v. XIV
- _____. *Porque a Guerra*. In: “Freud”. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro : Imago, 1976. v. XXII.
- _____. *Ansiedade e vida instintual*. In: “Freud”. Trad. Jayme

- Salomão. Rio de Janeiro : Imago, 1976. v. XXII.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. “Do conceito de mimesis no pensamento de Adorno e Benjamin.” In: *PERSPECTIVA: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo : Editora Unesp, v.16, pp. 67-86, 1993.
- KUPFER, Maria Cristina. *Freud e a Educação: o mestre do impossível*. São Paulo : Scipione, 1989.
- RODRIGUES, Antônio Medina. *As Utopias Gregas*. São Paulo : Brasiliense, 1988.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo : Companhia das Letras, 1987. p. 331-347.
- _____. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1989. p. 11-197.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado. introdução e notas Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. 3.ed. São Paulo : Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)
- VERNANT, Jean-Pierre, VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. Trad. Bertha Halpen Gurovitz, colab. Hélio Gurovitz. São Paulo : Brasiliense, 1991.